



Carlos Eugênio Libano Soares. **A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)**. Campinas, Ed. da UNICAMP, 2001.

A dança rebelde da escravatura

Livro estuda as arruaças dos capoeiras no século 19 para elucidar a relação dos africanos com as crises militares e políticas do Império

por Rebert W. Slenes

O escopo do novo livro de Carlos Eugênio Libano Soares é bem maior do que o título, à primeira vista, possa sugerir. O autor procura puxar o "fio" da capoeira, porém com o objetivo de revelar a "trama" de que faz parte: a "política das ruas" de escravos e outros grupos subalternos, em uma cidade e período conturbados. Descobre, com isso, projetos e alianças dos mais variados, que assustaram sobremaneira os defensores da ordem. Os ricos arquivos policiais e carcerários gerados nesse clima de desafio e temor são usados por Soares para compor um quadro impressionante, tanto das "tradições rebeldes" da época, quanto também dos esforços para reprimi-las.

A capoeira escrava foi defendida como tese de doutorado na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), sob a orientação de Sidney Chalhoub. Conta com uma apresentação de Mary Karasch, cujo trabalho (*A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808-1850*) é reconhecido por Soares como seu ponto de partida. O livro dá continuidade, porém recuando no tempo, a um estudo anterior do autor: *A negregada instituição: os capoeiras na corte imperial 1850-1890* (Access).

Após revisar os escritos de memorialistas e historiadores sobre a capoeira, Soares dedica um capítulo às "nações" envolvidas nessa luta marcial e outro à "geografia das maltas". Em seguida, focaliza os capoeiras e os demais malfeitores recolhidos ao Arsenal da Marinha, calabouço onde escravos se cruzavam com marinheiros estrangeiros e presos políticos. A discussão desse caldo de cultura nada "corretivo" conduz ao capítulo seguinte, onde Soares examina "os capoeiras e os movimentos políticos de rua". Aqui, o enfoque é nas crises militares/políticas de 1828 e 1831 e no contexto sobressaltado da Regência, com suas rebeliões regionais, levantes de escravos, e tráfico ilegal de cativos africanos. O último capítulo examina "a estratégia do terror" das autoridades, com especial atenção à gestão de Eusébio de Queirós como Chefe de Polícia.

Congos - Soares mostra que na primeira metade do século, a capoeira era predominantemente "escrava" e "africana", ao contrário do que seria nas décadas pós-1850, quando libertos e livres, inclusive portugueses, teriam presença marcante nas maltas. Ele comprova também que escravos africanos de todas as origens participavam da capoeira. Entretanto, eram os congos e cabindas (gente enviada para o Brasil pela foz do Rio Zaire e pela região da costa imediatamente ao Norte) que predominavam, em número desproporcional à sua presença no Rio - o que é coerente com a hipótese de que a capoeira derive de formas de luta documentadas nessa região da África.

Finalmente, embora aqui os dados sejam mais fragmentários, as maltas de capoeiras não parecem ter sido organizadas em torno de grupos étnicos ou geográficos de origem. Reuniam gente bastante diversificada, pelo menos a julgar dos exemplos oferecidos por Soares.

A posição de prestígio ocupada na comunidade negra pelos africanos "minas" - pessoas oriundas da baía de Benin, na África ocidental, muitos delas nagôs - é outro indício de que as várias identidades afro-brasileiras no Rio eram relativamente porosas. Os minas chegaram ao Rio principalmente de Salvador, na esteira da repressão à "Revolta dos Malês" (1835). "Ficaram célebres" na Bahia, diz Soares, "por seu exclusivismo étnico, mas no Rio eles exercitavam exatamente o pendor contrário, (...) dialogando com todas as nações". Os minas libertos, donos de zungus, ou "casas de angu", parecem ter tido um papel mediador especial.

Quilombos - No zungu, "os escravos que circulavam pela cidade encontravam pouso, participavam de festas e saboreavam o angu". Lá, também, aqueles que queriam fugir encontravam, mediante pagamento, uma rede social subterrânea, coordenada por libertos minas, que os levava para fora da cidade, até para quilombos.

Uma das grandes contribuições de Soares é a de mostrar o papel central do zungu na configuração da "cidade negra": aquela comunidade "escondida", pesadela das autoridades, que segundo Sidney Chalhoub foi criada no Rio pela convivência entre libertos e escravos de ganho. Depois de "ruralizar-se" como "campo negro" no trabalho de Flávio Gomes sobre quilombolas, o conceito de Chalhoub volta agora ao Rio, ganhando novos contornos na análise de Soares. E se reencontra com as idéias de Peter Linebaugh e Marcus Rediker sobre as trocas culturais no "atlântico negro" que, em parte, lhe deram origem.

Soares documenta a presença no Rio de marinheiros negros haitianos, norte-americanos e irlandeses (isso mesmo!), numa época em que ex-escravos constituíam uma minoria grande dentro das marinhas mercantes do Atlântico. O teor de suas conversas com escravos e libertos não está registrado nos documentos. Entretanto, a reconstrução de trocas desse tipo em outras cidades portuárias do "Atlântico revolucionário", feita por Linebaugh e Rediker, como também o medo externado nos documentos policiais a respeito de tais intercâmbios, transformam esses indícios em evidências circunstanciais bastante significativos.

Fruto de uma pesquisa extraordinária, *A Capoeira Escrava* nos aproxima às "tradições rebeldes" do Rio; mas também, por iluminar tão bem as lacunas ainda existentes em nosso conhecimento sobre o assunto, nos deixa frustrados. Soares descobriu que Eusébio de Queirós criou toda uma rede de informantes para revelar os segredos da "cidade negra". Entretanto, salvo engano, a maior parte dos relatórios desses informantes não está nas séries documentais até agora encontradas. Lembro-me do proveito que E. P. Thompson tirou de relatórios desse tipo para documentar a formação da classe operária inglesa, e fico esperançoso: ainda encontraremos, talvez, o arquivo secreto que informava Eusébio, e que pode até registrar aquelas conversas entre haitianos e capoeiras congos.

Robert W. Slenes é professor do Departamento de História da Unicamp

* Publicado no *Jornal do Brasil* - Idéias, 21 de julho de 2001.